Lei nº 574/1982

Data 28/09/82

Texto da Lei [Em Vigor]

LEI Nº 574 DE 28 DE SETEMBRO DE 1982

REABRE AOS FUNCIONÁRIOS ESTADUAIS PRAZO PARA OPÇÃO
POR
PERMANÊNCIA DEFINITIVA NOS QUADROS DE ENTIDADES A
CUJA
DISPOSIÇÃO SE ENCONTREM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Assegurada aos servidores que dele se utilizarem a contagem recíproca de tempo de serviço público e particular para fins de aposentadoria,
nos termos do art. 9º e parágrafo único da Lei nº 530 , de 04.03.82, fica reaberto, pelo período de 90 (noventa) dias, o prazo a que se refere o § 1º do
art. 3º do Decreto-Lei nº 63, de 10.04.75, durante o qual, consultados os interesses das empresas públicas, sociedades de economia mista ou fundações instituídas pelo Poder Público, será facultado ao funcionário que
esteja ou venha a estar prestando serviços, regularmente, à disposição dessas
entidades, opção por permanência definitiva nos seus quadros sob o regime
jurídico que lhe é próprio.

Parágrafo Único - A manifestação da opção equivalerá a pedido de exoneração do cargo efetivo do funcionário na administração direta, iniciando-se com a expedição do ato que a formalizar o vínculo empregatício
na entidade de administração indireta ou fundação.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1982
A. DE P. CHAGAS FREITAS

Ficha Técnica

Projeto de Lei nº

709/82

Autoria

PODER EXECUTIVO

Mensagem nº

42/82

Data de publicação

29/09/82

Data Publ. partes vetadas

OBS:

Tipo de Revogação

Em Vigor

Texto da Revogação :

Redação Texto Anterior

Texto da Regulamentação

Atalho para outros documentos

Lei 530/82